



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
Coordenação-Geral de Sociobiodiversidade
COORDENAÇÃO DE ESTRUTURAÇÃO E FOMENTO À SOCIOBIODIVERSIDADE

NOTA TÉCNICA Nº 2/2025/COEST-MDA/MDA

PROCESSO Nº 55000.014822/2024-45

**INTERESSADO: SECRETARIA DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA,
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL - SFDT/MDA**

1. ASSUNTO

Análise de mérito para edição de ato normativo que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade (Pró-Sociobio).

2. REFERÊNCIAS

Minuta de Portaria (40023340)

Portaria nº 121, de 18 de junho de 2019 (39031464)

Decreto nº 12.044 de 05 de junho de 2024 (39064986)

Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020

3. SUMÁRIO EXECUTIVO

3.1. Trata-se de análise de mérito referente à Minuta de Portaria (SEI 40023340), que visa instituir, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade (Pró-Sociobio), com a finalidade de promover o desenvolvimento territorial sustentável e a conservação dos biomas brasileiros, a partir da estruturação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, para ampliação da capacidade produtiva de alimentos saudáveis.

3.2. É importante destacar que a Minuta de Portaria prevê, em seu Art. 8º, a revogação da Portaria MAPA nº 121, de 18 de junho de 2019, que instituiu o Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade (SEI 39031464), o qual será abordado a seguir para fins de contextualização.

4. HISTÓRICO DO PROGRAMA BIOECONOMIA BRASIL - SOCIOBIODIVERSIDADE:

4.1. O Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade foi instituído por meio da Portaria MAPA nº 121, de 18 de junho de 2019. De forma geral, seu objetivo é:

Art. 2º O Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade tem o objetivo geral de promover a articulação de parcerias entre o Poder Público, pequenos agricultores, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos e o setor empresarial, visando a promoção e estruturação de sistemas produtivos baseados no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade e do extrativismo, da mesma forma a produção e utilização de energia a partir de fontes renováveis que permitam ampliar a participação desses segmentos nos arranjos produtivos e econômicos que envolvam o conceito da bioeconomia.

4.2. Quando o Programa foi instituído, as pautas relacionadas à bioeconomia,

agroextrativismo e sociobiodiversidade estavam sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Extrativismo (CGEX/DEP/SAF/MAPA). Com a reforma administrativa ocorrida a partir da reestruturação dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, através da Medida Provisória nº 1.154/2023 e do Decreto nº 11.396/2023, as atribuições relativas à pauta da agricultura familiar, que antes estavam alocadas na Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), foram realocadas no Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Sendo as ações desdobradas a partir do programa, acompanhadas atualmente pela Coordenação-Geral de Sociobiodiversidade (CGSOCIOBIO/DDTS/SFDT/MDA).

4.3. O Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade é estruturado em cinco eixos temáticos:

- (I) Estruturação Produtiva das Cadeias do Extrativismo (Pró-Extrativismo);
- (II) Plantas Medicinais, Aromáticas, Condimentares, Azeites e Chás Especiais do Brasil;
- (III) Roteiros da Sociobiodiversidade;
- (IV) Potencialidades da Agrobiodiversidade Brasileira; e
- (V) Energias Renováveis para a Agricultura Familiar.

4.4. A escolha dos eixos denota a variedade de temas e abordagens do Programa, entretanto, as ações elencadas nos eixos (III) e (V) não estão mais diretamente relacionadas às ações no escopo da CGSOCIOBIO. Isso acontece pois, no momento, o MDA dispõe de mais áreas finalísticas para trabalhar com as diferentes temáticas, o que oportuniza o aprofundamento e uma ação mais direcionada de cada área.

4.5. Entre 2019 e 2023, o Programa apoiou um total de 44 projetos em todo o território nacional, por meio de mecanismos de financiamento destinados a fortalecer os sistemas produtivos nas cadeias de extrativismo e sociobiodiversidade, impactando diretamente e indiretamente mais de 120 mil agricultores familiares, com investimento financeiro superior a R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais).

4.6. De certa forma, o desenho do Pró-Sociobio aproveita elementos do Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade, porém mais adequado com a atual estrutura do MDA, que não existia quando se deu a criação do referido programa. Um exemplo disso, é o uso do termo “pequenos agricultores”, mencionado no objetivo geral do programa vigente, que não integra o público da agricultura familiar, mas que fazia sentido no âmbito do MAPA.

5. PROPOSTA DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA SOCIOBIODIVERSIDADE (PRÓ-SOCIOBIO):

5.1. O Pró-Sociobio tem os seguintes objetivos:

Art. 3º: São objetivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade (Pró-Sociobio):

I - promover a estruturação e a qualificação das cadeias produtivas e econômicas da sociobiodiversidade, considerando as diferentes realidades, especificidades e formas de uso dos recursos naturais associados às práticas e conhecimentos tradicionais

II - contribuir com a ampliação da capacidade de produção de alimentos saudáveis e de produtos da sociobiodiversidade, por meio de sistemas agroflorestais, alinhado com o Programa Nacional de Florestas Produtivas;

III - fomentar estratégias e ações que fortaleçam e promovam as cadeias produtivas de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares no âmbito da agricultura familiar; e

IV - promover o desenvolvimento territorial sustentável e a conservação dos

5.2. A definição dos objetivos acima listados, foi realizada de acordo com a atual estrutura da CGSOCIOBIO, composta por três coordenações: Coordenação de Estruturação e Fomento à Sociobiodiversidade - COEST (objetivo I), Coordenação de Florestas Produtivas - CFLOR (Objetivo II), e Coordenação de Apoio a Biomas e Território - CABIO (objetivo III). O quarto objetivo dialoga de forma transversal com os anteriores e com a atuação deste Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - DDTs.

5.3. Dessa forma, a instituição do Pró-Sociobio fortalece a atuação e o desenvolvimento de ações no escopo da CGSOCIOBIO, considerando os avanços em discussões e normativos acumulados desde 2019, como a Estratégia Nacional de Bioeconomia e o Plano Nacional de Sociobioeconomia. Os objetivos do Pró-Sociobio guardam relação direta com a Estratégia Nacional de Bioeconomia, especialmente com seu segundo objetivo, disposto no Art. 4º do Decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024:

II - promover as economias florestal e da sociobiodiversidade, a partir da identificação, da inovação e da valorização do seu potencial socioeconômico, ambiental e cultural, com a ampliação da participação nos mercados e na renda dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares;

5.4. Como afirmado anteriormente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade (Pró-Sociobio) busca aproveitar os aspectos positivos do Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade e incorporar elementos relevantes para o público da agricultura familiar, nos termos da Lei nº 11.326/2006. A proposta introduz elementos como: o desenvolvimento territorial sustentável, valorização da diversidade sociocultural, práticas e conhecimentos tradicionais, alimentação saudável, seguro safra e isenções fiscais, economia popular e solidária, capacitação e formação de formadores, conforme as diretrizes, no Art. 4º:

Art. 4º São diretrizes do Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade:

I – conservação e o uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade;

II – inclusão socioprodutiva, econômica e a geração de renda;

III – promoção da Bioeconomia como um modelo de desenvolvimento econômico, ético e transparente para alavancar negócios adequados às diferentes escalas e modelos;

IV – reconhecimento e respeito à diversidade sociocultural dos povos e comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, seus sistemas de organização, produção e de representação social;

V – valorização das práticas e saberes tradicionais dos agricultores familiares, dos povos e das comunidades tradicionais, e indígenas;

VI – promoção da produção de alimentos saudáveis, com ênfase na produção extrativista, agroecológica e orgânica;

VII – ampliação, no âmbito normativo e regulatório, do acesso dos produtos da sociobiodiversidade às compras públicas, ao seguro safra e a isenções fiscais.

VIII – fortalecimento do associativismo, do cooperativismo e o incentivo ao trabalho colaborativo;

IX – apoio ao desenvolvimento territorial sustentável; e

X – fomento à criação e participação em espaços de governança vinculados às cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

5.5. A partir das linhas de ação (Art. 5º) observa-se a integração com outras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: Assistência Técnica e Extensão Rural, acesso a crédito, acesso a mercados nacionais e internacionais, PAA, PNAE e

Art. 5º O Programa Nacional de Fortalecimento de Sociobiodiversidade (Pró-Sociobio) será implementado por meio das seguintes ações:

I - assistência técnica e extensão rural qualificada e adequada às necessidades verificadas junto ao público-alvo deste programa nos diferentes biomas brasileiros;

II - acesso ao crédito rural direcionado às cadeias produtivas da sociobiodiversidade;

III - ampliação do acesso aos programas de compras públicas, em especial o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

IV - fortalecimento e a ampliação do acesso à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio);

V - estruturação de cadeias produtivas sustentáveis da sociobiodiversidade;

VI - promoção comercial dos produtos da sociobiodiversidade de forma a sensibilizar mercados consumidores nacionais e internacionais;

VII - fomento ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras e sociais;

VIII - fomento à criação e/ou fortalecimento de empreendimentos da economia popular e solidário em comunidades PCTs;

IX - capacitação dos beneficiários no âmbito dos objetivos do Programa;

X - fomentar a pesquisa e inovação no âmbito dos objetivos do Programa;

XI - estimular a participação dos beneficiários do Pró-Sociobio em comitês e demais espaços de governança das políticas públicas relacionadas à Sociobiodiversidade; e

XII - implementar ações de capacitação e formação de formadores nas áreas de sociobiodiversidade e as interfaces com políticas públicas no âmbito do território (PAA, PNAE, PGPM-Bio, Economia Popular e Solidária, Pronaf, Regularização Fundiária);

5.6. O Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade também especificou de forma mais objetiva o seu público, indicando no art. 2º que são beneficiários do Pró-Sociobio "os agricultores familiares, os povos indígenas, os povos e comunidades tradicionais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que atuam nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade."

5.7. O Art. 6º estabelece que o Programa será executado com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, ou por meio de recursos provenientes de outros órgãos e entidades, públicas ou privadas, inclusive por meio de parcerias com organismos internacionais, observado o disposto na legislação. Além disso, no parágrafo único do art. 6º, que também são considerados instrumentos econômicos que podem ser considerados na implementação das estratégias de ação, o Pagamento por Serviços Ambientais e a remuneração pelos esforços na redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por desmatamento e degradação (REDD+ e mercado de carbono).

5.8. Em relação à gestão, implementação e monitoramento, caberá à Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental coordenar o Programa, e adotar as medidas e ações necessárias, em articulação com as outras unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, conforme disposto no Art. 7º.

6. ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

6.1. Um ponto de atenção nesse processo é o Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e o art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

6.2. A análise de impacto regulatório - AIR é regulamentada pelo Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020, que determina:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a análise de impacto regulatório, de que tratam o [art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019](#) e o [art. 6º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019](#), e dispõe sobre o seu conteúdo, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, as hipóteses em que será obrigatória e as hipóteses em que poderá ser dispensada.

6.3. No Artigo 4º, o Decreto nº 10.411/2020 prevê a possibilidade dispensa da AIR:

Art. 4º A AIR poderá ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada do órgão ou da entidade competente, nas hipóteses de:

I - urgência;

II - ato normativo destinado a disciplinar direitos ou obrigações definidos em norma hierarquicamente superior que não permita, técnica ou juridicamente, diferentes alternativas regulatórias;

III - **ato normativo considerado de baixo impacto**;

6.4. Considerando a alternativa para classificar a instituição do colegiado como de baixo impacto, o Art. 2º do Decreto nº 10.411/2020 define os critérios para essa avaliação:

II - ato normativo de **baixo impacto** - aquele que:

a) não provoque aumento expressivo de custos para os agentes econômicos ou para os usuários dos serviços prestados;

b) não provoque aumento expressivo de despesa orçamentária ou financeira;
e

c) não repercuta de forma substancial nas políticas públicas de saúde, de segurança, ambientais, econômicas ou sociais;

6.5. A instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade pode ser classificada como de **baixo impacto**, visto que não provoca aumento de custos para os agentes econômicos ou para os usuários dos serviços prestados, e não provoca aumento expressivo de despesa orçamentária ou financeira. Sobre a repercussão substancial nas políticas públicas de saúde, de segurança, ambientais, econômicas ou sociais, ressalta-se que o normativo não afeta outras políticas públicas ao nível de comprometer o funcionamento ou lógica destas. Especificamente sobre as políticas públicas da Agricultura Familiar, o Pró-Sociobio colabora com sua implementação e integração.

7. CONCLUSÃO

7.1. Diante dos argumentos expostos, manifestamos **parecer favorável** pela Minuta de ato normativo que institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Sociobiodiversidade (Pró-Sociobio).

7.2. Após análise e avaliação das instâncias superiores da proposta, nos termos da Minuta de Portaria (SEI 40023340) anexada aos autos eletrônicos, entende-se necessária também análise dos aspectos jurídicos pela Consultoria deste Ministério.

RITA DICÁCIA FELIPE CAMARA

Coordenadora de Estruturação e Fomento à Sociobiodiversidade - COEST

De acordo,

RAQUEL LIMA DE OLIVEIRA E SILVA

Coordenadora-Geral de Sociobiodiversidade - Substituta

De acordo, aprovo a Nota Técnica e encaminho ao gabinete da SFDT, sugerindo trâmite posterior à Secretaria Executiva - SE/MDA.

ANA ELSA MUNARINI

Diretora do Departamento de Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - DDTS



Documento assinado eletronicamente por **Rita Dicacia Felipe Camara, Coordenador (a)**, em 14/01/2025, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Lima de Oliveira e Silva, Coordenador(a) Geral Substituto (a)**, em 14/01/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Elsa Munarini, Diretor (a)**, em 14/01/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40024584** e o código CRC **6C43ED74**.